



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 256

**HABITAÇÃO E REDES SOCIAIS: A LÓGICA DO USO
DA CASA EM OCUPAÇÕES URBANAS**

Solange Gayoso

Belém, Dezembro de 2009

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Armin Mathis

Diretor Adjunto

Fábio Carlos da Silva

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 256

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

HABITAÇÃO E REDES SOCIAIS: A LÓGICA DO USO DA CASA EM OCUPAÇÕES URBANAS

Solange Gayoso¹

Resumo:

O presente artigo tem por objeto a análise das representações que os moradores de áreas de ocupações urbanas na cidade de Belém do Pará têm sobre a casa, abrangendo em seu significado as formas de uso dos diferentes espaços e a funcionalidade dos ambientes. A abordagem privilegia o significado da casa sob a ótica dos moradores e objetiva repensá-la numa perspectiva mais específica, distinguindo-se, com isso, dos estudos preponderantemente voltados para a análise dos aspectos institucionais e oficiais, que têm sua atenção restrita à verificação da precariedade das condições físicas a que estão submetidas as famílias ali residentes. Seguindo a linha aqui proposta, foi identificada a diversidade das estratégias utilizadas pelas famílias para resolver seu problema habitacional. Tais estratégias estão intimamente ligadas à lógica das redes familiares com casas próximas e ao sistema de parentesco, bem como às possibilidades de formação de novos núcleos familiares. Esses fatores definem a distribuição das edificações pelo terreno e a hierarquização dos ambientes internos da casa. As redes familiares são, também, responsáveis pela manutenção econômica das famílias e pelo sistema de conquista da terra e de construção da casa.

Palavras-chave: Habitação/Casa e Referências imaginárias. Redes sociais. Aproximação simbólica.

Abstract:

This article aims at analyzing the representations that the residents of urban areas of occupation in the city of Belém do Pará, is on the house, including its significance in the use of different forms of space and functionality of environments. The approach emphasizes the significance of the house from the perspective of residents and objective repens it a much more specific, distinguishing itself with this, the studies mainly focused to the analysis of institutional aspects and officers, which has restricted its attention to checking the lack of physical conditions that are subject to the families residing there. Following the line proposed here, we identified the diversity of strategies used by families to solve their housing problem. Such strategies are closely linked to the logic of networks with family homes and close the system of kinship, as well as the possibilities of formation of new families. These factors define the distribution of land and buildings by the hierarchy of internal environments of the house. The family networks are also responsible for maintaining the household and the economic system of conquest of land and construction of the house.

Keywords: Dwelling / House and imaginary references. Social networks. Symbolic approach.

¹ Professora da Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA.

INTRODUÇÃO

Repensar a casa sob o enfoque das representações e de seu significado para os seus habitantes, implica considerá-la em uma perspectiva intrínseca e distinta dos estudos que dão maior ênfase à análise de aspectos institucionais e oficiais. Tais estudos restringem-se apenas a verificação das precárias condições físicas a que estão submetidas as famílias ali residentes.

Os resultados apresentados neste artigo são fruto de pesquisa realizada sobre as representações da casa para os moradores da área de ocupação urbana Riacho Doce, no bairro do Guamá, na cidade de Belém. A ocupação Riacho Doce, localizada às margens do igarapé Tucunduba, situa-se a cerca de 12 km (em linha reta) do centro da cidade (confluência com a Av. Presidente Vargas com a Av. Nazaré – Ed. Manoel Pinto da Silva) (Mapa 02. Localização do “lugar” Riacho Doce.

Segundo a COHAB (1991), a ocupação inicial dos terrenos ocorreu em 06 de setembro de 1990, sendo constituída de 1.350 lotes. No cadastramento realizado em 1991 foram encontradas 900 casas, 14 ruas, 07 passagens, 01 travessa e 25 quadras. Conforme relatos de lideranças locais, a ocupação ocorreu em 04 de setembro de 1991.

Na pesquisa efetuada na referida área, foram identificadas as diversas estratégias utilizadas pelas famílias para solucionar seu problema habitacional, observando-se que elas estão intimamente ligadas ao funcionamento de redes familiares, ao sistema de parentesco e à formação de novos núcleos familiares. Estes definem a distribuição das habitações pelo terreno e a hierarquização dos ambientes internos da casa. A rede familiar também é responsável pela manutenção econômica das famílias e pelo sistema de conquista e construção da casa.

Os dados populacionais apresentados no Censo Demográfico 2000 do IBGE referem a um contingente de cerca 5.607 habitantes no Riacho Doce. O levantamento censitário realizado pela Prefeitura de Belém no ano de 2001, encontrou um contingente populacional menor, com cerca de 5.264 habitantes (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 2001, p. 21).

A referida pesquisa seguiu a linha da observação direta, realizada durante o ano de 2001. No trabalho de campo, realizou-se inicialmente uma visita exploratória, no primeiro semestre de 2000, onde se identificou os elementos arquitetônicos e os materiais mais utilizados nas edificações. Esse exercício ajudou a eleger os itens mais importantes para os moradores, o que posteriormente pode ser confirmado nas entrevistas.

Nas entrevistas de caráter semi-estruturado e individuais, realizadas em dezembro de 2001, foi possível aprofundar aspectos antes identificados pela observação direta e levantar as representações mais significativas sobre a casa.

Além das entrevistas individuais, realizou-se discussões coletivas² com um grupo formado por dez lideranças comunitárias, no mês de novembro de 2001. Na discussão com as lideranças foram identificadas as principais representações sobre o processo de ocupação da terra. Ressalte-se que, embora as normas jurídicas assim a considerem, a ocupação para os moradores não é considerada um crime, mas sim um direito à moradia na cidade.

II

O processo de conquista e apropriação “do lugar”

O Riacho Doce está localizado na área correspondente à bacia do Tucunduba e se insere no processo de ocupação das terras, que se iniciou ainda em 1970. Segundo Ferreira (1995), a área física da bacia do Tucunduba era uma área de várzea que foi tradicionalmente ocupada por vacarias e hortas. Havia aí também terrenos desocupados não construídos. Em verdade tratava-se de uma área de reserva, apresentando uma inexpressiva densidade demográfica. Ferreira aponta como principais agentes nesse processo, o Estado, as instituições públicas como a UFPA e a Santa Casa de Misericórdia do Pará, os grandes e os pequenos proprietários de terra, empresas de beneficiamento de palmito, olarias e serrarias e os migrantes do interior do estado que ali se instalaram.

O processo de ocupação das Terras do Tucunduba decorre das transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas em Belém, desde a década de 1950, com o crescimento da população de baixa renda e a ocupação das áreas de baixadas. Segundo depoimento de lideranças locais, a ocupação foi organizada pelo Sr. Juvenal Mendes, que juntou um pequeno grupo de pessoas para tomar posse da terra. Durante o período de organização e divisão dos lotes foram chegando mais interessados que negociavam sua entrada e permanência na terra. Após este período inicial (cuja data as lideranças entrevistadas não souberam precisar) quem passou a organizar, controlar e negociar os lotes foi o Sr. Abraão, que se tornou o primeiro presidente do Centro Comunitário do Riacho Doce. Segundo relatos das lideranças, o Sr. Abraão foi o responsável pela extensão do loteamento até o leito de um pequeno igarapé que entrecortava a área.

O Juvenal ele que começou, ele que foi o invasor. Depois ele saiu e entrou o Abraão que prejudicou muita gente. Por exemplo: se pegava dois terrenos um pra mim e outro pro filho, quando via lá chegava gente pra fazer a casa. Ele dava logo um papel dizendo que era da pessoa. Ele ficou foi muito bem de vida (Trecho do depoimento do Sr. Sebastião, liderança comunitária, em 30.11.2001).

A negociação e a renegociação dos lotes foram intensas no Riacho Doce, sendo que muitos dos primeiros moradores que estavam presentes no ato inicial de tomada de posse da terra, logo venderam seus lotes para os atuais moradores.

² As discussões coletivas foram realizadas em três encontros com dez lideranças comunitárias do Riacho Doce durante o mês de novembro/2001. Nestes encontros as discussões versaram sobre o movimento de ocupação das terras do igarapé Tucunduba, os termos utilizados para identificação dos moradores. Procurou-se nesses encontros extrair quais são as auto-representações das lideranças sobre as condições de moradia.

Depois de um tempo pra cá as pessoas foram embora. Daqui muitas casas já foram compradas, ninguém invadiu. Os **próprios invasores** vendiam os lotes. Tem gente que pegou o lote só pra vender. Quem mora hoje, a maioria comprou como eu (Trecho do depoimento da Sra. Iraci, liderança comunitária, em 30.11.2001).

O depoimento dessa liderança reforça a imagem do “invasor” como aquele que realiza o ato de invadir. E a invasão constitui o primeiro ato de apropriação da terra. Este geralmente é articulado por um grupo ou uma figura central que organiza a distribuição e a negociação dos lotes, como no Riacho Doce.

No Riacho Doce a figura central foi representada pelo Sr. Abraão que organizou a ocupação. Ele foi responsável pela distribuição dos lotes de terras de toda a área, inclusive do leito do Igarapé; pela organização do Centro Comunitário do Riacho Doce, pela entrada dos políticos na área, pelo arruamento e denominação das ruas, pelas benesses e pelo controle dos acontecimentos locais.

Foi o primeiro presidente do Centro Comunitário. Mas, ele foi bom pra cá. Ele trazia os políticos pra cá, incentivava a fazerem alguma coisa. Ele distribuía cesta básica. Outra coisa foi um grande presidente pelo seguinte: tinha peito, esses vagabundos nunca gritavam na frente dele. Dizia que vagabundo nenhum ele tinha medo. Foi uma grande presidente, agora fez muita coisa que não devia. Essas barraquinhas que estão no meio da rua foi ele que vendeu. Aquelas casas no Igarapé foi ele que vendeu (Trecho de entrevista realizada com o Sr. Raul, em 10.12.2001).

A distribuição das ruas e a organização da área decorreram da divisão do terreno em “quadras”, num total de 25. As quadras do Riacho Doce não obedecem ao padrão urbanístico e geométrico daquilo que se classifica usualmente como quadra. As “quadras” no Riacho Doce correspondem às faces das habitações, organizadas uma ao lado das outras, ou ao conjunto de pequenas passagens ou corredores estreitos que juntas compõem uma “quadra”. Pode-se afirmar que essa forma de organização da área física identifica uma das representações utilizadas pelos agentes locais na apropriação da terra.

Posteriormente à divisão por “quadras” as ruas e passagens foram identificadas por denominações religiosas. Os nomes que foram escolhidos pelo primeiro presidente do Centro Comunitário, Sr. Abraão, não foram de fato incorporados no imaginário da comunidade. Muitos moradores não sabem os nomes das ruas e utilizam somente a numeração de quadras para a localização de endereços.

Das ruas do Riacho Doce se destacam a da Olaria e a av. Marginal, denominada pelos moradores como av. Tucunduba, por localizar-se às margens do Igarapé Tucunduba. A rua da Olaria foi o primeiro caminho a ser aberto na ocupação. É assim denominada por ser o único acesso, até meados da década de 1990, à Olaria ali localizada. De extensão longitudinal, no sentido norte-sul, corta todo o Riacho Doce e caracteriza-se por concentrar as atividades comerciais da área. Também é o “caminho” de entrada e saída do Riacho Doce, constituindo-se como uma das referências principais para os moradores.

Numa pesquisa realizada pela UFPA (2000), num exercício de produção de mapas mentais com os moradores, a rua da Olaria aparece como referência principal. Nos mapas mentais ela é o “caminho” que leva ao trabalho, à escola, ao posto de saúde, à parada de ônibus.

A Av. Tucunduba depois de sua abertura constituiu-se como área de lazer para o Riacho Doce. Pode ser observado nos finais de tarde um afluxo de pessoas, principalmente jovens e crianças, que para lá se dirigem e desenvolvem atividades como passeios, jogos de bola, banho no igarapé.

O Igarapé apresenta-se como um forte elemento no imaginário dos moradores, especialmente aqueles que tem origem no interior, cerca de 54% (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 2001). Também é um elemento da paisagem visual que serve de orientação, além de ser a via de ligação entre o Riacho Doce e os municípios do interior. Por ele navegam diariamente uma média de dez embarcações típicas da Amazônia, trazendo materiais de construção (telhas, tijolos), palha, açaí, farinha, mandioca, banana, bacuri, entre outros. Esses produtos são comercializados nas comunidades localizadas às margens do igarapé.

2 OCUPAÇÕES URBANAS E AS REDES SOCIAIS ESTABELECIDAS EM TORNO DA CASA

No processo desencadeado pelas ocupações urbanas, em Belém, a tensão entre os que lutam pelo direito à moradia e aqueles que querem restringi-los e excluí-los desse direito, desponta este agente social específico, representado pelos ocupantes de terras públicas ou privadas. Em constante luta pela permanência na cidade, buscam obter o reconhecimento de sua cidadania e existência, na mesma medida em que empreendem a produção de sua casa, do seu lugar na cidade, articulando o seu mundo privado – expresso pelas redes sociais construídas pela família, pelos laços de parentesco e vizinhança – com o seu mundo coletivo e público.

Pode-se afirmar que uma das primeiras redes estabelecidas em torno da casa, nas ocupações urbanas, foi classificada como “indústria da invasão”³ (ALVES, 1997 e TRINDADE JR., 1998) ou “comércio de posses” (BORGES, 1992). Trindade Jr. (1998) identificou e classificou seis “agentes” pertencentes à “indústria da invasão”. O primeiro é denominado pelo autor de ocupante propriamente dito, aquele que invade o terreno como mecanismo de garantir sua casa, “podendo fazê-lo diretamente quando ele próprio viabiliza o acesso à terra, ou indiretamente, quando adquire a posse através de outrem” (TRINDADE Jr., 1998, p. 204).

Sobre o ele, o autor afirma que o pagamento pela cessão de posse não o descaracteriza como invasor perante os outros agentes. Contudo, a representação de invasor para os moradores do Riacho Doce, por exemplo, está estritamente vinculada ao ato de intrusar sem autorização uma área pertencente a terceiros. A compra do lote ou da cessão de posse idealmente permitiria a passagem da

³ Terminologia utilizada para caracterizar o processo de ocupação de terras ocorrido na cidade de Belém nas décadas de 1980 e 1990.

condição de “invasor” para aquela de “ocupante”. A condição de ocupante estaria vinculada ao processo de consolidação da ocupação urbana.

O segundo agente é denominado por Trindade Jr. de “ocupante intermediário” o qual tem na prática do que se chama de “invasão” sua estratégia de garantir transações lucrativas através da venda dos lotes. O terceiro é denominado de “agenciador”, o qual é responsável pela organização e comando do movimento. Conta com o apoio de políticos eleitores que fazem dele não só um invasor profissional, como também, um cabo eleitoral que intermedia o contato entre políticos e ocupantes. Os demais agentes identificados correspondem a: candidatos a um cargo político, o Poder Público e os proprietários das terras. Além destes ainda haveria o comerciante de materiais de construção, que geralmente se instala na “ocupação” e garante o fornecimento dos materiais para a construção das edificações (TRINDADE JR., 1998, p. 204-205).

No âmbito do privado as relações estabelecidas nos laços de parentesco e vizinhança estruturam a rede em torno da casa e garantem a manutenção das famílias no local. Ao mesmo tempo, é a rede familiar que define as formas de apropriação territorial e as representações quanto à distribuição interna do lote, ao significado da casa e ao uso funcional e simbólico dos ambientes.

Em nome da casa a família se expande, cresce, agrega, separa, inova nos seus projetos habitacionais, nas formas de posse e de propriedade. Na condição de agente articuladora, a família ganha outra dimensão além da tradicional composição nuclear. Vem a desempenhar o papel de articulação dos seus membros através das distintas redes sociais de parentesco, compadrio, amizade e vizinhança. Redes que estão tanto no plano da vida doméstica privada, quanto na vida doméstica coletiva (GUITAN, 1995, p. 53).

Ao estabelecer seu projeto de vida em torno da casa, as famílias preocupam-se em consolidar um patrimônio, que possa assegurar a reprodução do grupo e um conjunto de estratégias de sobrevivência. A rede familiar estabelece uma solidariedade desde a apropriação inicial, seja através do ato de ocupar ou no processo de escolha, até a reserva e vigília do lote ou da casa.

A rede familiar é a responsável direta pela construção da casa. O processo de construção mescla a contratação da mão-de-obra especializada para levantar a edificação e o envolvimento familiar. A família toda se envolve na construção da casa, muitas vezes realizando trabalhos eventuais para adquirir os materiais indispensáveis.

Esse processo é contínuo e reproduzido pelos novos núcleos familiares que vão sendo constituídos. É comum residirem na mesma casa mais de um núcleo familiar, geralmente formado pelos filhos, netos e sobrinhos do casal principal. O novo núcleo familiar constituído mantém-se agregado à família principal até que tenha condições de ir para sua própria casa. No levantamento cadastral censitário realizado pela Prefeitura Municipal de Belém, em 2001, no Riacho Doce, cerca de 14,23% das famílias estão na condição de agregados à família principal. Nessa composição, a rede familiar é o elemento central na manutenção da família na cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 2001, p.10).

3 A CASA COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

A casa, seja ela considerada como um espaço mais restrito ou mais amplo, traz em si uma função primeira - a de abrigar o seu habitante. A forma de organizá-la evidencia a percepção que seu morador tem desse espaço. Traz em si e na sua forma de uso, inúmeros significados. Sua organização espacial e sua funcionalidade são o retrato das relações sociais estabelecidas entre os membros da família.

A casa, antes de ser meramente um espaço físico, é um espaço de tradução das relações sociais, tal como na concepção da investigadora venezuelana Tereza Ontiveros (1995, p. 4) a casa mostra alguns elementos constitutivos dos ritos sociais e temporais, as visões que tem a comunidade urbana de sua própria história, assim como as novas propostas sócio-culturais geradas no processo de relações conflituosas entre o bairro e a cidade.

A casa tem assim um duplo significado: expressa uma necessidade biológica primária, de abrigo, segurança, de um referencial psíquico que serve de “esteio” ao morador, por outro lado prefigura a maneira peculiar de organização do grupo social.

A casa pode ser entendida também num múltiplo sentido, como o de lugar da organização e da hierarquia familiar, lugar de manipulação do poder e de desempenho de diferentes papéis em torno de um objetivo comum. Tomou-se o termo instituição, no sentido mais amplo e radical proposto por Castoriadis (1982, p. 407): normas, valores, linguagem, instrumentos, procedimentos e métodos de fazer frente às coisas e de fazer as coisas e ainda, é claro, o próprio indivíduo, tanto na forma e no significado, como em suas diferenciações homem/mulher.

Desta forma, a casa cumpriria um papel muito mais amplo do que o de mero preenchimento das necessidades primárias dos seus moradores, como se uma realidade empírica estivesse totalmente conectada a um racional-funcional encadeamento de valores sociais e culturais.

Bachelard (1993, p. 26), em “A poética do espaço”, toma a casa como instrumento de análise para alma humana. Para ele a casa, como algo imprescindível ao homem é como “primeiro mundo do ser humano” e mais, para ele a casa não se resume na estrutura física, não é simplesmente um corpo, “ela é corpo e alma”. Trazendo em si significados essenciais às referências, que tem o seu habitante, de modos de viver, sendo também, detentora de forças de integração para os pensamentos, a lembrança e os sonhos do homem.

Bachelard (1993, p. 25) tem como fundamento que todo espaço realmente habitado traz a essência da noção de casa, para isso utiliza a imaginação como ponto de análise: “o ser abrigado sensibiliza os limites do seu abrigo. Vive a casa em sua realidade e em sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos”. Sua reflexão vai caminhar pelo mundo poético, tendo como entendimento que a casa é o elo entre os pensamentos, a lembrança e os sonhos do homem, cujo princípio de ligação é o devaneio e no qual memória e imaginação não se deixam dissociar.

A casa é apresentada como um espaço de múltiplas imagens do pensamento humano. Imagens que caminham em dois sentidos: “estão em nós tanto quanto estamos nelas”. Isso é o que leva a pensar na casa ligada ao imaginário.

Para Bachelard (1978, p. 36) a imaginação é um tipo de conhecimento imprescindível à construção de novos conhecimentos, de novos saberes, sendo sua capacidade de produção de caráter organizador e criador. Assim como Bachelard, Durand (1997, p. 30) admite que a imaginação consiste num dinamismo organizador e criador. Para ambos a imaginação é potência dinâmica que “deforma” as cópias pragmáticas fornecidas pela percepção e esse “dinamismo reformador das sensações torna-se o fundamento de toda a vida psíquica”. Sendo potência dinâmica o imaginário ultrapassa a faculdade de formar imagens, constituindo o elemento construtivo das vivências humanas, independente de qualquer classificação que lhes possam impor.

Numa proposta metodológica que denomina de “trajeto antropológico”, o imaginário torna-se o motor capaz de desvelar a incessante troca que existe entre “as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social” (DURAND, 1997, p. 41). Nessa perspectiva, o imaginário é esse trajeto no qual a representação do objeto se deixa assimilar e modelar pelo sujeito, no qual as representações subjetivas se explicam pelas acomodações anteriores do sujeito ao meio objetivo.

Trindade e Laplatine (1997, p. 79) afirmam que o imaginário faz parte da representação, entretanto não se limita a representação intelectual e cognitiva. Segundo estes autores, o imaginário recria a realidade e por isso encontra-se no campo da interpretação e da representação, naquilo que eles denominam de “campo do real”. Constitui um sistema de significações que se traduzem numa rede de símbolos e signos que estão presentes em todas as sociedades.

Neste sentido, a casa é um dos elementos que pode retratar a estrutura socioeconômica e institucional de nossa sociedade. Através dela pode-se compreender a organização inter e intrafamiliar, as relações de poder, as redes sociais domésticas e a relação entre a vida privada e a vida pública. Para isso a leitura do simbólico e sua relação com a realidade objetiva são fundamentais.

4 RAZÕES OU ILUSÕES DE ESTABILIDADE: O SIGNIFICADO DA CASA

“A casa é um corpo de imagens que dão ao homem razões ou ilusões de estabilidade” (BACHELARD, 1996, p. 36). A luta dos moradores do Riacho Doce pela conquista da sua casa foi motivada pelo desejo da segurança e de estabilidade que o teto próprio pode oferecer à família.

Nas ocupações urbanas a primeira etapa na conquista da casa é a aquisição (seja ocupando ou comprando) do terreno. Ao conseguir o terreno, o segundo passo é construir logo a edificação, mesmo que seja provisória. Esta garante a manutenção do terreno. Contudo, é necessário que a edificação seja imediatamente habitada, como estratégia de assegurar o terreno e a permanência no local. Nesse

processo são estabelecidas normas, condutas e comportamentos que são, obrigatoriamente, observados pelos moradores.

Quando a gente pegava o terreno, marcava e arrumava logo pra ir pra debaixo, senão outro vinha e tomava conta, assim que era. O negócio foi cruel, o cara tinha que ser macho senão eles tomavam mesmo. Por exemplo: se a senhora fizesse logo a sua casa, pegava uma perna-manca, botava uma ripa, pregava a lona e ficava debaixo. Se deixasse hoje e viesse depois de amanhã já tinha outro. E aí quem é que vai tomar? É invasão. Não tem como provar que era dele. Então, tinha que fazer e morar logo. Era um sacrifício que hoje vale muito. (Trecho da entrevista realizada com o Sr. Raul, em 10.12.2001).

A casa, como patrimônio, tem forte carga simbólica e coloca-se como principal anseio do morador. Segundo Villaça (1986, p. 46), a casa própria num sentido mais amplo consiste numa necessidade histórica do capitalismo. Para o habitante além de ser o abrigo seguro, significa a eliminação do aluguel.

A casa é um patrimônio. Serve pra mim, pode servir pros meus filhos, pra mulher. Eu me sinto feliz, é uma propriedade que eu tenho, que eu me abrigo. À noite eu durmo tranquilo com a minha família, por que se eu não tivesse essa casa própria, talvez eu não estivesse mais morando aqui na cidade. A casa defende do primeiro do aluguel. Daquele prejuízo do aluguel. O cara que tem uma casa alugada, ele tem duas mulheres. Ele deixa dinheiro pra uma e pra outra. Você chega naquele dia você tem que pagar o aluguel. Hoje não tenho mais essa preocupação (Trecho da entrevista realizada com o Sr. Raul, em 10.12.2001).

A casa como patrimônio traz outro significado, quando em termos gerais a consideramos como bem de herança transmitido de pai para filho: representam para as famílias um lugar próprio para viver melhor, ainda que os terrenos legalmente não lhes pertençam.

Outra representação sobre a casa relaciona as casas do Riacho Doce às casas do interior pela “liberdade” na construção.

Acho que as casas no Riacho Doce se parecem com as casas do interior. Por que no interior cada um faz sua casa do jeito que quer, com ele gosta, não é só de um tipo. Não é igual a um conjunto. Cada um faz do seu gosto. No interior tem mais liberdade para cidade depende do lugar, pode ter ou não liberdade pra fazer a casa. No Riacho Doce por enquanto é assim. (Trecho da entrevista realizada com o Sr. Raul, em 10.12.2001).

Podemos identificar duas variações nas representações sobre a casa no imaginário do morador. No interior a construção da casa é “livre”, seu projeto arquitetônico corresponde ao desejo do seu morador, enquanto na cidade a construção da casa é padronizada. Essa liberdade de construção também é encontrada na área de ocupação urbana. Ao contrário dos conjuntos habitacionais construídos na cidade, nos quais não há liberdade de construção, a casa vira sinônimo de “padronização”, não mais atendendo ao desejo do seu morador.

A intervenção do Poder Público também vai provocar mudanças na rede de solidariedade familiar em torno da casa. Diante da expectativa de um direito, oferecida pelo Poder Público, a composição familiar multiplica-se. Um fato ocorrido no ano de 2001 pode ilustrar isso.

No dia 18 de dezembro de 2001 ocorreu no Riacho Doce um incêndio que afetou 116 famílias. Como medida emergencial, as famílias foram alojadas num abrigo provisório instalado no Ginásio de Esportes da Universidade Federal do Pará. Imediatamente a Prefeitura Municipal de Belém realizou um levantamento junto às famílias desabrigadas, para identificar quais tinham condições de ficar alojadas em casas de parentes e amigos. No levantamento foi identificado que 32 famílias não tinham local para ficar alojadas. Nessas 32 famílias existia mais de um núcleo familiar convivendo na mesma casa. Como alternativa, a Prefeitura optou pelo aluguel de casas para alojar essas famílias. Diante da expectativa de obtenção da casa (mesmo que temporariamente), alguns núcleos familiares, conviventes, iniciaram um processo de articulação e negociação junto ao Poder Público visando o atendimento individual. Com a individualização por núcleo familiar, somaram-se 54 famílias que ficaram alojadas em 54 casas.

Sendo a casa um lugar tão desejado, mas muito trocado, a possibilidade de concretização desse desejo levou as famílias a reorganizarem a rede de solidariedade e cumplicidade para a negociação, o pleito e a firmação do direito à moradia junto ao Poder Público.

A partir dessas observações iniciais pode-se dizer que as representações sobre a casa indicam que a casa para os moradores do Riacho Doce significa:

REFERÊNCIA	SIGNIFICADO
PATRIMÔNIO	1- Propriedade e transmissão de bens: o sentido de propriedade independe da titularidade legal da terra. Para os “ocupantes” a referência de propriedade é a posse; 2- “Casa própria” significa não mais precisar pagar o aluguel e poder permanecer na cidade; 3- Direito conquistado: a ocupação de terras é vivida como direito daquele que não tem onde morar
ABRIGO	4- Proteção para a família 5- Segurança
CASA NO INTERIOR	6- Liberdade de construção
CASA NA ÁREA DE OCUPAÇÃO URBANA	7- Liberdade de construção
CASA DA CIDADE	8- Padronizada, monótona, falta de liberdade

Quadro 1: Significado da casa para os moradores do Riacho Doce

Fonte: Dados pesquisados e organizados por Costa (2002)

5 AS LÓGICAS DO USO DA CASA

Nas entrevistas realizadas, foi possível identificar a necessidade de separar os ambientes de acordo com os critérios, valores e representações próprias dos moradores: os ambientes de repouso privados, o público, o simbólico.

A existência da sala, do pátio e da varanda, remete aos ambientes coletivos por excelência e ao contato com o mundo exterior. A cozinha e os quartos são ambientes mais íntimos, mais familiares. Os ambientes coletivos têm a tendência de se localizarem na entrada. São as instâncias que permitem o contato família/mundo exterior e são compartilhados por todos os membros da família (os de dentro) e pelas visitas (os de fora). Os ambientes mais íntimos como o quarto, representam aquilo que é mais privado na família, constituindo-se muitas vezes na casa de um determinado grupo familiar agregado, e em outras vezes serve para resguardar aquilo que deve ser preservado do olhar “dos de fora”. O fundo e as laterais das habitações são reservados para as tarefas domésticas como lavagem de roupa, para a manutenção de um quintal (quando o espaço físico é possível) e para a edificação dos banheiros (sejam eles em madeira ou alvenaria).

A separação entre os ambientes, em alguns casos é identificada pela disposição dos objetos, ou pelo uso de cortinas. Isso é mais frequente nas casas com menor área construída. Nas casas maiores, as paredes formam as divisórias físicas entre os ambientes.

As hierarquizações dos ambientes da casa, assim como suas funcionalidades, estão estreitamente vinculadas à intimidade, à privacidade, ao público e à coletividade. Para Ontiveros (1995, p. 116), a necessidade de hierarquizar os ambientes da casa contemplando-os de acordo com os seus conteúdos sócio-culturais reflete uma “semiologia do espaço”, que se traduz na necessidade de existência das instâncias estabelecidas.

Os ambientes de caráter coletivo compreendem o pátio, a varanda, a sala, a cozinha e o banheiro. Enquanto que os ambientes privados estão representados pelo quarto, pela cozinha e pelo jirau⁴.

5.1 Tipos de edificações

No Riacho Doce constata-se uma heterogeneidade, quanto ao tamanho, tipo e uso das casas. Num levantamento realizado pela Prefeitura Municipal de Belém (2001), foram identificados sete tipos de edificações classificadas a partir de sua tipologia e características afins: 1) Unidade residencial em madeira, com área construída média de, aproximadamente, 40,00m², correspondente à cerca de 50% das construções da área; 2) Unidade residencial em madeira, com área construída média

⁴ Estrutura de madeira utilizada na lavagem da louça e no preparo da comida. Localiza-se para o lado de fora da casa e constitui-se numa extensão da cozinha.

de, aproximadamente, 60,00m², correspondente à cerca de 18% das construções da área; 3) Unidade residencial em alvenaria, com área construída média de, aproximadamente, 40,00m², correspondente à cerca de 13% das construções da área; 4) Unidade residencial em alvenaria, com área construída média de, aproximadamente, 60,00m², correspondente à cerca de 9% das construções da área; 5) Unidades habitacionais/comerciais, com pavimentações de melhor padrão, acabamento geral regular. Área construída média de, aproximadamente, 100,00m², correspondente a cerca de 2% das construções da área; e ainda, 6) unidade comercial (estâncias, bares, pequenos mercados etc.), em madeira, com área construída média de, aproximadamente, 80,00m², correspondente à cerca de 6% das construções da área e 7) unidade comercial (estâncias, bares, pequenos mercados etc.), em madeira/alvenaria, com área construída média de, aproximadamente, 120,00m², correspondente a cerca de 2% das construções da área (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 2001, p. 50-51).

Foi detectada, ainda, a existência de habitações com área inferior a 30m², que não constam do levantamento realizado pela PMB. Tais habitações geralmente correspondem aos quartos das vilas⁵ construídas nos quintais das casas, cujo aluguel serve como meio de subsistência ao proprietário.

As diferentes modalidades de casa identificam usos diferenciados e apresentam uma aproximação quanto às formas de distribuição, colocação, funcionalidade dos ambientes e dos objetos. As noções essenciais de distâncias, limites, ambientes familiares-coletivos, abertos-fechados, públicos-privados, comerciais-residenciais, são semelhantes e seguem um sistema sustentado pela rede familiar.

5.2 Lugar de conversa é no Pátio

O pátio, elemento presente em muitas casas no Riacho Doce, sendo mais comum nas habitações de dois pavimentos. É o ambiente de entrada, a ligação entre a rua e a casa e têm funções diferenciadas: é um lugar para observar a rua, para ficar conversando, para “pegar um vento”, para estender roupa, assim como é um elemento que traz beleza à casa.

O pátio serve para conversar. Às vezes fica em cima, mas regularmente em baixo pra ficar conversando, olhando. Ai a água cresce no Igarapé, fica cheia, eu gosto de ficar olhando lá de cima. Também usa pra estender roupa, por que pra trás é pequeno. O pátio faz ficar mais à vontade. É mais bonito, faz a casa ficar mais bonita. (Trecho de entrevista sobre a casa com a sra. Maria Joana realizada em 13.12.2001).

A casa tem que ter pátio em baixo e em cima. De tarde o cara ta pegando vento, a boca da noite fica olhando pra rua, uma tranqüilidade (Trecho de entrevista sobre a casa com o Sr. Raul realizada em 10.12.2001).

⁵ É comum nas ocupações a construção de vilas de quartos (denominação utilizada pelos moradores locais) que são pequenas construções em madeira ou alvenaria, ou seja, quartos que são alugados pelo proprietário(a). Esse tipo de construção é de parede germinada e com banheiro coletivo.

5.3 Sapatos vindos da rua ficam na varanda

Numa representação da varanda, esta aparece como outro elemento de ligação entre a rua e a casa. Localiza-se ao lado e é uma continuidade do pátio. Tem dupla funcionalidade e uso: é utilizada como acesso à parte de trás da casa, sem passar pelo seu interior e serve para evitar trazer a sujeira da rua para o interior, sendo também um lugar reservado aos sapatos das visitas e dos próprios habitantes.

A casa tem que ter varanda no lado em baixo e em cima. Pra entrar pelo lado sem entrar na casa e nem pisar na lama. Os sapatos que a gente sair não entra, fica do lado de fora pra não sujar a casa. (Trecho de entrevista sobre a casa com o Sr. Raul realizada em 10.12.2001).

Outra representação da varanda a relaciona ao ambiente interno da casa é uma segunda sala, sendo utilizada para as reuniões familiares e como ambiente onde se realizam as refeições da família. “Tem a primeira sala, ai tem a segunda sala é ai que fica a varanda. Lugar onde fica a mesa arrumadinha, bonitinha” (Trecho de entrevista com a Sr^a. Maria Joana, realizada em 13.12.2001).

5.4 Coloca a visita na sala

A sala é destinada a receber as visitas. Na ausência do pátio exerce também a função de ligar o mundo exterior ao interior, sendo o elo entre a rua e a casa. Nela também se encontram todos os objetos que podem ser observados pelos de fora.

As visitas se recebe na sala. As visitas não tem acesso a toda a casa. Às vezes, despacha daqui da porta mesmo. Lá em cima da minha casa (refere-se aos quartos) não tem visita de ninguém. (Trecho de entrevista com o Sr. Raul realizada em 10 de dezembro de 2001).

A destinação da sala, como ambiente reservado às visitas, também foi identificada num trabalho anterior realizado em 1996 sobre a representação da casa no Pantanal. Serve também como elemento essencial de apresentação da casa para os de fora. (COSTA, 1998, p. 100)

No Pantanal a casa foi também representada como um espaço masculino. Nas casas existentes no Riacho Doce, a representação da sala, como ambiente preferencialmente masculino, não se configurou. A sala destina-se aos de fora e ao mesmo tempo em que é um ambiente compartilhado por todos os membros da família. É comum encontrar as crianças e as mulheres compartilhando desse ambiente e utilizando-se especialmente das janelas para olhar o mundo de fora.

5.5 Observando o mundo de fora pela janela e pela porta

As janelas também cumprem essa função de olhar o mundo de fora. Além de serem indispensáveis para a iluminação e ventilação dos ambientes, também são relacionadas, no imaginário, como necessárias ao conhecimento do outro, com a possibilidade de observar o movimento da rua (movimento interno do lugar) e como meio de comunicação entre a família e os de fora da casa.

A porta também produz ligações e separações entre o exterior e o interior, o ambiente familiar e a coletividade. Geralmente permanece aberta, o que rompe com a dicotomia do público-privado, possibilitando a extensão da casa no contato com a rua. Essa utilização coincide com o estudo realizado por Ontiveros (1995) sobre as habitações populares de Caracas.

5.6 Vamos reunir a família na cozinha

A cozinha é um ambiente de uso coletivo intrafamiliar. Nos casos em que na casa reside mais de um núcleo familiar, esta é compartilhada por todos. Nela é preparada a alimentação para toda a família, inclusive para os grupos familiares que não residem na mesma casa, mas que dependem da solidariedade e da rede familiar para sua sobrevivência.

Na pesquisa realizada por Cañete (1998, p. 23), a cozinha foi identificada como ambiente comumente compartilhado entre as famílias. Isso também fica evidenciado quando se identifica que a alimentação também é compartilhada. “É recorrente o discurso de que quando não tem pra comer a gente vai na casa da mãe, ou do irmão. Quando eles não tem o que comer eles também vem aqui. Um ajuda o outro. Assim, a gente vai levando”. A cozinha também pode ser um ambiente destinado às visitas. “As visitas ficam na sala. A não ser que eu esteja ocupada na cozinha, levo a visita pra cozinha também” (Trecho da entrevista realizada com a Sr^a Maria Joana, em 13.12.2001).

Uma extensão da cozinha é o jirau. O jirau consiste num elemento presente em algumas casas. Localizado para o lado externo serve como a pia da cozinha, para lavar a louça, limpar a comida. Sua presença é mais comum nas casas próximas do igarapé. Nas casas que se encontram no interior das quadras a cozinha possui a pia em seu interior.

5.7 O banheiro fora da casa

Outro ambiente da casa, que tem o uso comum, é o banheiro. Este pode servir a mais de um núcleo familiar, ainda que as edificações estejam fisicamente separadas. Nas casas que não possuíam banheiro, é comum a família utilizar o banheiro do vizinho.

O sentido da coletividade se expressa nitidamente na localização externa do banheiro, esta pode ser uma das justificativas para que o banheiro seja uma peça com grau de prioridade secundário na casa. Tal prioridade é reforçada pelo poder aquisitivo das famílias que não possibilita a sua

construção, uma vez que as peças sanitárias, a fossa, a alvenaria encarecem a edificação e podem comprometer boa parte da renda das famílias. “O banheiro numa casa fica do lado de fora. Na minha casa no interior era fora da casa e a fossa caía pro Igarapé” (Trecho de entrevista com o Sr. Raul, realizada em 10.12.2001). “O banheiro tem que ser de alvenaria, simples mas com fossa. De preferência do lado de fora”. (Trecho de entrevista com o Sr^a. Maria Joana, realizada em 13.12.2001).

A localização externa também está vinculada à quantidade de núcleos familiares que o utilizam e à memória da casa do interior. Entretanto, foi possível encontrar no Riacho Doce casas que abrigam somente um núcleo familiar nas quais o banheiro localiza-se na parte interna, expressando já uma necessidade de seu uso mais privado e exclusivo.

5.8 Meu quarto, meu canto, minha casa

O quarto é o ambiente mais íntimo da casa. Serve para preservar a privacidade dos casais e dos outros membros das famílias, podendo ainda simbolicamente constituir-se na casa de determinado grupo familiar. No caso de casas com mais de um grupo familiar, reservar um quarto para cada um, significa garantir um pouco da privacidade do respectivo grupo (especialmente o casal). No quarto são guardados todos os objetos – inclusive eletrodomésticos – que o casal vai adquirindo para o momento de ter sua própria casa. É um ambiente de acesso restrito a família e aos mais íntimos. Quando a casa é de dois pavimentos, o pavimento superior é reservado para os quartos.

Os quartos são muito importantes. Tem que ter um quarto pra cada um, pra guardar suas coisas. Quando sai tranca o quarto e guarda suas coisas. Cada um tendo seu quarto é melhor. (Trecho de entrevista com Sr^a. Maria Joana realizada, em 13.12.2001).

Lá em cima ficam os quartos. Um pra cada filho e filha com os genros. Lá eles guardam as coisas deles: o fogão, a cama, a televisão. Não usa, fica guardado pra quando tiver a casa deles. Lá não vai visita. Por que se eu mando subir uma pessoa que eu não conheço, aí ele fica reparando: - na casa dele tem tal coisa assim, assim... (Trecho de entrevista com o Sr. Raul, realizada em 10.12.2001).

Os ambientes das casas na ocupação urbana apresentam diferentes modalidades de uso e formas de organização (Quadro 2).

AMBIENTE DA CASA	MODALIDADE DE USO		SIGNIFICADO
PÁTIO	Comum	Intrafamiliar	1. Ligação entre o mundo externo e interno; 2. Lugar que possibilita a observação do mundo externo em segurança;
VARANDA	Comum	Intrafamiliar	3. Lugar de “isolamento” da sujeira vinda da rua. É onde os sapatos sujos ficam e não entram na casa.

SALA	Comum	Intrafamiliar	4. Lugar de apresentação da casa; 5. Lugar onde os de fora ficam
PORTA	Comum	----	6. Ligação com o mundo exterior
JANELA	Comum	----	7. Lugar que possibilita a observação do mundo externo em segurança; 8. Também é local de socialização com a vizinhança.
QUARTO	Privado	Interfamiliar	9. Privacidade e segurança. É o lugar ideal para guardar os objetos pessoais de cada núcleo familiar.
COZINHA	Privado	Intrafamiliar	10. Solidariedade e subsistência
JIRAU	Privado	interfamiliar	11. Extensão da cozinha
BANHEIRO	Comum	intrafamiliar	12. Lugar que pertence a todos os núcleos familiares

Quadro 2: Uso e funcionalidade dos ambientes da casa para os moradores do Riacho Doce.
Fonte: Dados pesquisados e organizados por Costa (2002)

As referências construídas pelos ocupantes do Riacho Doce demonstram tanto a construção, quanto a interpretação de elementos importantes para o entendimento da casa como um espaço social. A casa e sua carga simbólica mostram como os habitantes dessas áreas específicas da cidade interiorizam os processos desencadeados pela vida urbana, como interpretam sua realidade e constroem as redes de sobrevivência na cidade.

6 CONCLUSÕES

Abordar a casa como algo que vai além da necessidade e do déficit habitacional, tomando-a como instituição cultural e social e objeto construído, fornece elementos básicos para compreender como seus habitantes mantêm sua relação com a casa.

As ocupações urbanas formam parte da cidade, mas as famílias vivem na condição de instabilidade e incerteza de sua permanência no lugar. O direito duramente conquistado fica ameaçado quando não se têm condições econômicas de permanecer na cidade.

Na luta pela permanência na cidade, os laços de solidariedade e a rede familiar estão em constante reestruturação e articulação e a casa é um “espelho” de como se dá esse processo. As formas de uso e funcionalidade dadas às casas identificam como a rede familiar vai tecendo suas estratégias para conseguir manter-se na cidade. Suas necessidades vão muito além do saneamento e da higiene tão, priorizadas pelos programas oficiais, de urbanização dos chamados assentamentos precários.

As identificações das representações sobre as casas dos moradores do Riacho Doce levam a enfatizar que a casa é uma estrutura cultural e social. É, portanto, um lugar de relações sociais e valores que são construídos por seus moradores e incorporados na sua organização espacial material e simbólica. Compreende também um lugar de sentimentos e interpretações sobre a organização de

determinado grupo social. Portanto não pode ser considerada apenas como uma edificação física, sendo antes de tudo uma instituição construída por um complexo processo de relações sociais.

Referências

- ALVES, J.V.S. **Belém: a capital das invasões**. 1997. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 1-53 (Coleção Tópicos)
- BORGES, M. V. P. **Cidadania e direito de morar: a prática de ocupações coletivas e o movimento de posseiros de "Jardelândia"- Ananindeua- Pará**. Belém, 1992. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, Belém 1992.
- BRITO, A. G. P. **Organização espacial da habitação de baixada do bairro do Guamá em Belém - Pará**. Dissertação (Mestrado em ...) - USP/ São Carlos - São Paulo, 1987.
- CAÑETE, V. R. **Estudo de impacto socioeconômico em áreas de atuação da SESAN – Drenagem do canal do Tucunduba**. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 1998.
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução: Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução a arqueologia geral**. Tradução Hélder Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- COSTA, S. M^a. Gaioso da. Como vejo minha casa: representações do espaço casa numa área de baixada de Belém. In: AMIN, Mário Miguel; XIMENES, Tereza. (Orgs). **Habitat nos países amazônicos**. Belém: UFPA/NAEA, 1998. p. ...-...
- GUITAN, C. D. Sociologia del habitar. In. AMODIO, E. & ONTIVEROS, T. **Histórias de identidade urbana: composición y recomposición de identidades em los territorios populares urbanos**. Caracas: Ediciones Faces/UCV, 1995.
- FREYRE, G. **Oh de casa! Em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo de homem**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. (Série Estudos e Pesquisas, 13)
- ONTIVEROS, T. **Memória espacial y habitat popular urbano: doce experiências familiares em torno a la casa de barrio**. Universidade Central da Venezuela: Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais, Escola de Antropologia. Caracas, 1995.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Coleção Mapas de Belém: formas de apropriação e uso do território**. Belém: SEGEP/FUNPAPA, 2000a. v. 1
- _____. **Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal. Conceção geral**. Belém, 2001. v. 1
- _____. **Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal. Trabalho de Participação Comunitária**. Belém, v. 4
- RAPPAPORT, Amos. **Vivienda y cultura**. Barcelona : Editorial Gustavo Gil, S.A, 1972.
- _____. **Aspectos humanos de la forma urbana: Hacia una confrontación de las Ciencias Sociales com el diseño de la forma urbana**. Barcelona: editorial Gustavo Gili S. A., 1978. cap. 5 p. 230-279.

ROSAS, Í. La cultura constructiva popular em las áreas de barrios de ranchos. In. AMODIO, E.; ONTIVEROS, T. **Histórias de identidade urbana**: composición y recomposición de identidades en los territorios populares urbanos. Caracas: Ediciones Faces/UCV, 1995. p. ...-...

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Programa Habitar Brasil / BID, Regulamento operacional**. Brasília, 2000.

TRINDADE, L.; LAPLATINE, F. **O que é o imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1997. (Coleção Primeiros Passos, n. 309)

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. **Produção do espaço e diversidade do uso do solo em área de baixada saneada**: Belém-PA. 1993. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1993.

_____. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e reestruturação metropolitana. 1998. Tese (Doutorado em ...) - USP/ São Carlos - São Paulo, 1998.

VILLAÇA, F. **Habitação**: o que todo cidadão precisa saber sobre a habitação global. São Paulo: Ed. Global, 1986. (Cadernos de Educação Política)